



Lei Municipal nº 12.086/2010

INTERESSADO: Secretaria de Educação de Juiz de Fora / MG	
ASSUNTO: Dispõe sobre a renovação do registro e autorização de funcionamento do Colégio Nossa Senhora do Carmo e do estabelecimento de novo prazo para promoção da acessibilidade no imóvel.	
PROCESSO FÍSICO Nº: 0018/2019/Vol.01	PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 10.015/2022
PARECER CME/JF Nº 75/2023	APROVADO EM: 19/12/2023

I. RELATÓRIO:

Versa a matéria sobre a solicitação de renovação do registro e autorização de funcionamento de instituição de Educação Infantil do **Colégio Nossa Senhora do Carmo** para atendimento às crianças na faixa etária de creche (02 e 03 anos) e pré-escola (04 e 05 anos), em regime de atendimento parcial, sem oferta de alimentação. A Instituição é mantido pela Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência.

A presente situação foi encaminhada ao Conselho Municipal de Educação (CME/JF) pela Supervisão das Escolas Particulares de Educação Infantil/Secretaria de Educação (SE/SSAPE/DEI/SEPART), no dia 26 de janeiro de 2023, através do Processo Eletrônico nº 10.015/2022, disponibilizado na plataforma de comunicação e gestão documental da Prefeitura de Juiz de Fora (1Doc), correlacionado ao Processo Físico nº 0018/2019/Vol.01.

O **Colégio Nossa Senhora do Carmo** encontra-se sediado na rua Dona Maria Helena, nº 112, Bairro Santa Helena - Juiz de Fora - MG. A Instituição pertence ao sistema municipal de ensino de Juiz de Fora.

Obteve a atualização do registro e autorização de funcionamento mediante Portaria do Diretor nº 3.997/2020, de 29 de janeiro de 2020 (publicada no dia 21 de janeiro do mesmo ano), considerando a emissão do Parecer CME/JF nº 62, de 18 de dezembro de 2019. Portanto registro expirou em 29 de janeiro de 2023.



Lei Municipal nº 12.086/2010

II. APRECIÇÃO:

Observa-se pela análise da documentação apresentada que o Processo Eletrônico supracitado encontra-se instruído com documentos citados no art. 35 da Resolução CME/JF nº 001/2013, que dispõe sobre o registro e a regularização de funcionamento das Instituições de Educação (Públicas, Privadas e Conveniadas) destinadas às crianças na faixa etária de zero a cinco anos, neste Município de Juiz de Fora, a saber:

TÍTULO VIII - DA RENOVAÇÃO DE REGISTRO

[...]

Art. 35. A renovação de registro da entidade mantenedora de instituições de Educação Infantil da rede privada será comunicada ao Conselho Municipal de Educação, acompanhada dos documentos indicados nos incisos I, II e XII, do art. 27.

Parágrafo único. Será feito um relatório circunstanciado pela equipe técnica do órgão gestor da educação municipal sobre as condições de funcionamento da instituição de Educação Infantil, abordando aspectos pedagógicos e de infraestrutura.

Do Histórico Quanto a Necessidade de Promoção da Acessibilidade no Imóvel:

Necessário recordar que o prédio do **Colégio Nossa Senhora do Carmo**, de uso exclusivo da Educação Infantil, é constituído de 2 pavimentos, sendo o acesso realizado por meio de escadas, com piso antiderrapante e corrimão dos dois lados em toda a sua extensão (em duas alturas). Portanto, não é livre de barreiras arquitetônicas, trazendo implicações de acessibilidade às crianças e adultos com deficiência e/ou mobilidade reduzida, estando em discordância com a Lei Federal nº 10.098/2000, capítulo IV, artigo 11, inciso II e com a Resolução nº 001/2013 – CME, título IV, artigo 24, inciso X.

Quando da instrução do processo de atualização do registro e autorização de funcionamento da Instituição, foi verificado entre os documentos enviados, a Certidão emitida pela Fundação Alfredo Ferreira Lage/FUNALFA de 03/05/2011, informando que o prédio em questão passou pelo processo de Tombamento em conformidade com o Decreto Municipal nº 6.890, de 13/11/2000 e Lei Municipal nº 7.282, de 25/02/1988 (fls. 218 e 219 P.F. nº 0018/2019/vol. 1).

Revisitando o Parecer nº 62, de 18 de dezembro de 2019, o CME/JF homologou com



Lei Municipal nº 12.086/2010

ressalva, o registro e autorização de funcionamento do **Colégio Nossa Senhora do Carmo**, em virtude o que dispõe a legislação vigente relacionada à promoção a acessibilidade, do qual transcrevemos:

Assim, com respaldo no Art.24, Inciso X, da Resolução nº 001/2013 - CME, este Conselho concede prazo de 180 (cento e oitenta dias), a contar da data de comunicação por escrito à Instituição, para que os responsáveis pelo Colégio Nossa Senhora do Carmo apresentem projeto arquitetônico do imóvel para acessibilidade às crianças e adultos com deficiência e/ou mobilidade reduzida e 540 dias para execução e conclusão das obras
[...]

Existe por parte deste Conselho, ciência sobre o Tombamento do imóvel onde encontra-se instalado o Colégio Nossa Senhora do Carmo, pelo Decreto Municipal nº 6890, de 13 de novembro de 2000 sendo que em seu Art. 3º - Ficam sujeitos ao prévio exame e aprovação da Comissão Permanente Técnico Cultural todos os projetos relacionados com a área tombada, delimitada em planta anexada às fls.28 do processo administrativo – PJJ nº 454.558/1997.

Dessa forma, este Conselho orienta que a referida Instituição busque uma avaliação técnica pelo órgão competente, Fundação Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA, conforme orientações da Assessoria Jurídica/Secretaria de Educação (págs. 234), sobre a promoção da acessibilidade, quanto a eliminação de barreiras arquitetônicas no imóvel, de modo que se torne acessível às pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, considerando o direito do aluno e a sustentabilidade do processo inclusivo.

Em 20/12/2019, a representante legal pela Instituição recebeu, por escrito, o Parecer nº 62/2019 - CME/JF. Portanto, o prazo para apresentação do projeto arquitetônico prevendo a promoção da acessibilidade expirou em 20/07/2020 e o prazo para executar e finalizar as obras expirou 20/06/2021.

Em seguida, a diretora administrativa da Instituição, Sra. Marina de Oliveira Magalhães, emitiu Declaração, sem data, que consta no Despacho 1-10.015/2022 – 1Doc, a saber:

Declaro para os devidos fins que o Colégio Nossa Senhora do Carmo possui conhecimento da demanda quanto a construção de uma rampa de acessibilidade para o prédio onde funciona a Educação Infantil, este prédio é tombado pela Prefeitura de Juiz de Fora como patrimônio histórico, conforme documento em anexo. Para que tal obra aconteça faz-se necessário a aprovação da FUNALFA, no momento já consta uma solicitação junto a este órgão em relação a obras no Colégio Nossa Senhora do Carmo.



Lei Municipal nº 12.086/2010

Da Descrição da Rede Física e do Atendimento:

Tendo como subsídio inicial o relatório de verificação “In loco” elaborado pela SEPART, sem data, disponibilizado no 1Doc em 26/01/2023, seguem alguns destaques referentes ao imóvel, número de matrículas, etc.

A entrada principal ao prédio, exclusivo para funcionamento da Educação Infantil, se faz através de escadas, em dois lances (com piso antiderrapante e corrimão em duas alturas em toda sua extensão), conforme plantas baixas anexadas ao Processo Físico nº 0018/2019/Vol.01.

O prédio possui características de construção antiga, trazendo em sua arquitetura marcas históricas e culturais da época. É constituído de 4 pavimentos, com os seguintes espaços internos:

- Porão/subsolo (antiga casa das irmãs): com acesso através de rampa com corrimão: 1 cantina, 1 anexo a cantina, 1 hall de entrada, 1 copa para uso de professores e demais funcionários, 1 despensa, 1 vestiário masculino e 1 vestiário feminino, 1 área de circulação de acesso aos vestiários, 1 sala de artes, 1 sala de professores, 1 recepção da biblioteca, 6 salas de leitura interligadas, sendo 3 de uso exclusivo da Educação Infantil, 1 área de serviço, 1 instalação sanitária para funcionários, 1 corredor interno com 5 áreas de circulação;

- Pavimento Intermediário: com acesso através de duas entradas, sendo uma por escada com piso antiderrapante e corrimão, e a outra entrada livre de barreiras arquitetônicas: 2 áreas livres descobertas, bem amplas, com tanque de areia, casinha de alvenaria e brinquedos de parque. Próximo a esta área há espaço organizado com horta;

- Primeiro Pavimento: com acesso através de escadas com piso antiderrapante e corrimão: 1 varanda coberta, 4 halls sendo um de acesso ao 2º pavimento, 1 sala da coordenação pedagógica, 7 salas de atividades, sendo 5 destinadas à Educação Infantil, 1 sala de repouso e 1 depósito, 2 instalações sanitárias destinadas à Educação Infantil, sendo uma masculina e uma feminina; 1 banheiro (PcD) adaptado para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida;

- Segundo Pavimento: com acesso através de escadas, com piso antiderrapante e



Lei Municipal nº 12.086/2010

corrimão: 2 salas de atividades destinadas à Educação Infantil, 1 área livre coberta/brinquedoteca, 1 hall de acesso às instalações sanitárias, 2 instalações sanitárias, sendo 01 feminina e 01 masculina destinadas à Educação Infantil, 1 área de circulação externa às instalações sanitárias e 1 área de serviço.

Outros espaços utilizados pela Educação Infantil e demais etapas da educação básica (localizados em outros prédios): instalações sanitárias adaptadas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, separadas por sexo; recepção, secretaria, sala de direção, sala de vice-direção, sala de assistente social, tesouraria, reprografia, laboratório de informática, laboratório de ciências, capela, cantina, auditórios, área de convivência e quadras poliesportivas.

O horário de funcionamento da Educação Infantil é de 12:50 às 17:00 horas.

A Instituição atende **517** alunos no Ensino Fundamental e **136** alunos no Ensino Médio.

Atualmente, encontram-se matriculadas **97** crianças de Educação Infantil, sendo: 09 crianças de 2 anos, 23 crianças de 3 anos, 34 crianças de 4 anos e 31 crianças de 5 anos.

Registramos que o número de profissionais que atuam na Instituição é compatível com o quantitativo de crianças matriculadas, encontrando-se em consonância com a jornada letiva e com a legislação vigente.

Finalizando o relatório de verificação “In loco” a SEPART informa:

[...]

Conforme solicitado no Parecer nº 62 – CME/JF o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico, foram reformulados e estão embasados nas legislações vigentes, contemplam princípios educacionais que norteiam o trabalho na Educação Infantil e tem como objetivo propiciar o desenvolvimento integral da criança.

A equipe da SEPART informa que nas visitas “in loco” realizadas na Instituição datadas de 01/06/2022 e 06/10/2022, registrou em “Termo de Visita” a necessidade do cumprimento à solicitação de promoção de acessibilidade no prédio que atende à Educação Infantil.

Diante do exposto, considerando o descumprimento dos prazos estabelecidos para promoção de acessibilidade no imóvel, enviamos o processo de renovação do registro de funcionamento de Instituição de Educação Infantil do Colégio Nossa Senhora do Carmo para análise e parecer deste egrégio conselho.

Por todo o exposto, especialmente pelas questões relativas ao Tombamento do imóvel



Lei Municipal nº 12.086/2010

(Decreto Municipal nº 6.890, de 13/11/2000) e pelo descumprimento dos prazos estabelecidos pelo CME/JF para promoção da acessibilidade no prédio onde funciona a Educação Infantil, levamos a situação para conhecimento dos Conselheiros, em reunião ocorrida em 01/11/2023.

Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram quanto a necessidade de realização de visita “in loco” ao Colégio Nossa Senhora do Carmo, para obter informações mais atualizadas e melhor entendimento dos fatos. A Presidente deste Conselho manifestou-se em realizar a visita, acompanhada por uma técnica da SEPART.

Em reunião ordinária ocorrida em 07/12/2023, a Presidente expôs que;

- a visita foi realizada no Colégio em 29/11/2023 e que foram recebidas pela diretora administrativa e pelo arquiteto que elaborou o projeto,
- ocorrerão obras/reformas em todo o complexo do Colégio e não somente a obra/reforma visando a promoção de acessibilidade no prédio da Educação Infantil,
- que por se tratar de uma grande intervenção, especialmente num prédio tombado, o projeto precisou ser submetido a análise e aprovação junto à COMPAC/FUNALFA e continua em tramitação junto aos órgãos competentes da Prefeitura de Juiz de Fora.

III. DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO:

Ante todo o exposto, o Conselho Municipal de Educação se manifesta favorável à emissão do presente Parecer em atendimento ao que determina a Resolução CME/JF nº 001/2013, aprovando, com ressalvas a renovação do registro e autorização de funcionamento do **Colégio Nossa Senhora do Carmo** para atendimento às crianças na faixa etária de creche (02 e 03 anos) e pré-escola (04 e 05 anos), em regime de atendimento parcial, sem oferta de alimentação.

Isto posto, considerando ser um imóvel tombado pela Prefeitura de Juiz de Fora como patrimônio histórico, considerando o tempo necessário para tramitação, aprovação do projeto e autorização para início das obras junto aos órgãos competentes da Prefeitura de Juiz de Fora, este Conselho estabelece **o prazo de 01 (um) ano** para a promoção da acessibilidade no prédio onde funciona as turmas de Educação Infantil do **Colégio Nossa Senhora do Carmo**. O prazo será contado a partir da data de recebimento deste Parecer pela representante legal pela Instituição.



Lei Municipal nº 12.086/2010

Este Conselho solicita à Supervisão das Escolas Particulares de Educação Infantil que acompanhe o cumprimento do prazo estabelecido, as ações adotadas para o processo de implantação da acessibilidade no imóvel, registrando com imagens e enviando a este Conselho.

Juiz de Fora, 19 de dezembro de 2023

Maria Leopoldina Pereira

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Juiz de Fora

PARECER HOMOLOGADO

Juiz de Fora, 19 de dezembro de 2023

Nádia de Oliveira Ribas
Secretária de Educação